

11º Encontro ABCP – Associação Brasileira de Ciência Política  
Curitiba, 31 de julho a 03 de agosto, 2018.  
Universidade Federal do Paraná

Área Temática: Participação Política

**Os efeitos do associativismo no desempenho  
parlamentar feminino**

Ana Paula Cavalcante Limão da Silva  
Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciência Política – PPGPol  
Universidade Federal de São Carlos  
e-mail: [paulacavalcante7@hotmail.com](mailto:paulacavalcante7@hotmail.com)  
<http://lattes.cnpq.br/2252495997852964>

## RESUMO

O objetivo geral deste artigo é analisar a relação entre representação e participação política a partir do estudo da influência que os vínculos associativos exercem no desempenho e na atividade parlamentar de grupos sub-representados no Brasil, tomando-se como base as deputadas federais que exerceram mandatos nas legislaturas nº 52, 53 e 54. O referencial teórico abordado apresenta pistas de um debate bibliográfico que trata das relações entre representação e participação política e define como principal referência o estudo de M. Warren que trata das relações entre democracia e associações. Os dados utilizados para esta pesquisa foram coletados no Portal da Câmara dos Deputados. Investigamos o número de projetos propostos pelas deputadas e a presença delas em cargos de liderança. A partir desses dados buscamos relacioná-los com os vínculos associativos das parlamentares e verificar se esses vínculos estabelecidos previamente à entrada no parlamento são capazes de influenciar o desempenho parlamentar feminino nessa instituição, pretendendo assim, contribuir com o debate a respeito da relação entre participação e representação para a legitimidade democrática.

**Palavras-chave:** Associativismo e democracia. Deputadas federais brasileiras. Participação e representação política.

## **INTRODUÇÃO**

O objetivo geral deste artigo é analisar a relação entre representação e participação política a partir do estudo da influência que os vínculos associativos exercem no desempenho e na atividade parlamentar de grupos sub-representados no Brasil, tomando-se como referência as deputadas federais que exerceram mandatos nas legislaturas nº 52, 53 e 54. A hipótese desta pesquisa é a de que os vínculos associativos importam para o desempenho das deputadas, logo essa influência pode ser identificada nas suas atividades parlamentares. Essa hipótese se construiu nas pistas de um debate bibliográfico que nos propõe considerar, de um lado, as relações entre representação e participação política, e de outro lado, as relações entre democracia e associações, para um entendimento mais adequado da ação representativa nas democracias contemporâneas e de suas condições de legitimidade, a partir da relação entre associativismo e democracia.

Com base em uma bibliografia que evidencia as relações entre democracia e associativismo, a principal pergunta que permeia esta pesquisa é qual o impacto dos vínculos associativos no desempenho parlamentar das deputadas federais consideradas, por meio da proposição de projetos e cargos de liderança ocupados por essas mulheres. Essa pesquisa, portanto, tem por fim saber, para o caso das deputadas, se os vínculos associativos estabelecidos previamente à entrada no parlamento são capazes de influenciar o desempenho parlamentar feminino nessa instituição, pretendendo, assim, contribuir com o debate a respeito da relação entre participação e representação para a legitimidade democrática.

### **1. DEMOCRACIA, ASSOCIATIVISMO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA**

As associações podem gerar efeitos democráticos no indivíduo, na esfera pública e institucional (Warren, 2001). Optamos por analisar esses efeitos em um grupo sub-representado, as mulheres, tomando-se como referência o caso das deputadas federais presentes nas últimas três legislaturas. Visto que esses efeitos podem ser ainda mais relevantes para democracia quando proporcionam maior inclusão e eficácia aos grupos minoritários na política.

Nesse contexto, este artigo inspirou-se em proposições teóricas que concebem a representação política de forma dinâmica, tendo como referência os trabalhos de Hanna F. Pitkin (1972), Iris Marion Young (2006) e Nádía Urbinati (2006), e fundamentou-se, para a construção de suas hipóteses, no trabalho de Mark Warren (2001).

Para Pitkin (1972), o teste da representação não consiste restritamente em um

líder eleito, mas como ele vai agir, sendo responsivo aos seus eleitos. A autora destaca a expressão "agir por" para explicar o conceito teórico da representação substantiva. Ou seja, quando o eleito vai agir pelos eleitores podemos supor que esses eleitores são elementos da representação política. Nesse ínterim, a filósofa ressalta que o processo representativo requer uma representação de correspondência entre eleito e eleitores. Há diferenças entre eles, que são importantes, mas essa relação deve estabelecer igualdade. Por isso, o conceito de representação proposto por ela considera a representação como uma atividade substantiva e um processo contínuo.

Nesse sentido, Pitkin (1972) não argumenta de maneira direta a respeito da participação política, mas a deixa subentendida em seu trabalho, por meio da reflexão acerca da importância do eleitor em participar do processo representativo. Pois para uma representação substantiva é necessário que aconteçam práticas participativas, por meio de uma atividade contínua que envolva responsividade entre eleitor e eleito.

Young (2006) afirma que a representação envolve uma relação entre representantes e representados que se dispersa no tempo e no espaço. Para a autora a representação deve relacionar as ações de pessoas e instituições de um determinado local a processos que se dão em muitos outros locais e instituições. Isso ocorre a partir das conexões entre Estado e sociedade. Assim, representação e a participação buscam uma à outra para que ocorra uma política democrática. Mas, quando a representação se restringe apenas ao momento da eleição, as relações entre representante e representados tendem a enfraquecer, pois o Estado e a própria sociedade não estão participando do processo representativo. Como consequência, os interesses dos indivíduos não estão representados e o representante age conforme os seus próprios interesses.

Assim, o principal problema normativo da representação é a ameaça da desconexão entre o eleito e o eleitorado. Segundo Young (2006), esse fato influencia na participação dos eleitores no processo de autorização e principalmente de prestação de contas, pois em uma "democracia comunicativa inclusiva a representação e a participação não são excludentes, mas requerem uma à outra" (YOUNG, 2006, p.156).

Urbinati (2006) construiu uma importante análise teórica acerca das condições que podem tornar a representação democrática uma forma de participação política. Segundo a autora, a representação é um "processo circular entre as instituições estatais e as práticas sociais" (URBINATI, 2006, p. 192). Ou seja, a representação proporciona links entre o Estado e sociedade que fortalecem a democratização da representação. Assim, os atores sociais são representados na esfera pública e participam do processo político, na medida em que são envolvidos nos debates, tomadas de decisões e *accountability*. Em suma, para a autora a representação política

é o link que conecta o Estado e a sociedade. Por isso, as relações sociais estabelecidas pelos atores que circulam entre aquelas esferas influenciam o processo político. As práticas representativas exigem que os indivíduos formulem uma heterogeneidade de interesses para serem inseridos na esfera pública.

Esse quadro teórico afina-se a outros estudos que buscam compreender quais os meios que podem contribuir para interação entre Estado/sociedade, por meio de práticas representativas e participativas. O autor Warren (2001) está preocupado em mostrar como as associações podem impactar a prática representativa, inserindo novos grupos na política e disponibilizando recursos e habilidades para os seus membros. O autor afirma que as associações não são politicamente suficientes, mas podem contribuir para que os espaços de inserção política prosperem. Por isso, a importância em avançar nos estudos das relações entre associativismo e democracia, pois essas relações podem fortalecer as capacidades de articulações políticas, as habilidades individuais e coletivas, principalmente de grupos marginalizados e sub-representados.

Warren (2001) busca avançar na discussão a respeito da pluralidade do fenômeno associativo, a partir da identificação das potencialidades democráticas das diversas associações. O autor aponta para os riscos de se verificar efeitos democráticos onde eles não existem, principalmente quando se considera esse fenômeno de forma abstrata e generalizante. Por isso, sua teoria se preocupa de maneira significativa com as implicações da heterogeneidade que conforma o universo associativo. Warren acrescenta que não todas, mas várias associações são capazes de desenvolver atores e instituições políticas, econômicas e sociais.

## **2.1. EFEITOS DEMOCRÁTICOS GERADOS PELAS ASSOCIAÇÕES**

Warren (2001) apresenta três tipos de efeitos democráticos que são gerados pelas associações: efeitos no desenvolvimento dos indivíduos, os efeitos nas esferas públicas e os efeitos institucionais. Conforme as palavras do autor,

These effects are, of course, distinguishable from individual and public sphere effects only for analytic purposes; in reality, the institutional effects are intertwined with others. Political representation and democratic legitimacy, for example, both depend on public judgment subsidiarity –when associations function as devolved venues members (WARREN, 2001, p. 181).

Os efeitos no desenvolvimento dos indivíduos, Warren (2001) expõe como exemplo, as seguintes capacidades: eficácia, informação, habilidades políticas, virtudes cívicas e qualidades críticas. Segundo o autor “efficacy is the feelings that one could have on impact on collective actions if one so choose to do so” (WARREN, 2001, p. 71)”. Assim, o indivíduo tende a desenvolver o sentimento de eficácia política e de

autoconfiança participando das ações coletivas. Em parte esse sentimento promove a chance do ator social fazer a diferença nas suas relações políticas e isso dependerá de recursos, locais institucionais e oportunidades, conforme as circunstâncias permitirem.

Segundo Warren (2001) a participação em associações pode disseminar informações sobre o processo institucional entre os atores sociais, assim as associações empoderam os cidadãos quando tornam as demandas mais transparentes e promovem mais *accountability*. O autor analisa que esse efeito está presente principalmente em grupos de defesa de interesses públicos que têm infraestrutura e recursos para difundir informações, mas pode ocorrer em outros grupos, como exemplo, os líderes religiosos de algumas associações também podem desenvolver habilidades políticas. Em vista disso, as associações contribuem para o desenvolvimento das habilidades políticas nos indivíduos, no sentido de, por exemplo, falar em público, negociar e criar soluções para problemas.

Para Warren (2001) algumas associações podem cultivar certas virtudes cívicas como o espírito de justiça e a tolerância com os pontos de vistas dos outros. O autor observa que as associações podem promover também as virtudes de reciprocidade, confiança e reconhecimento, pois criam motivações individuais para o apoio aos debates políticos e cooperação social. Assim, a confiança é construída por meio das relações de reciprocidade, as associações que promovem relacionamentos cooperativos entre os seus membros têm como resultado o reconhecimento deles sobre suas habilidades e capacidades desenvolvidas por meio da participação nesses espaços. Desta forma, Warren analisa que as oportunidades de desenvolvimento críticos e cognitivos são a chave para a possibilidade de participar de processos políticos. As associações podem cultivar uma autonomia individual que habilita o indivíduo a promover as suas qualidades críticas, que consistem em tratar questões com o governo e com outras associações, por meio de julgamentos críticos e autônomos.

Quanto aos efeitos na *esfera pública* consistem em: comunicação e deliberação pública, representações das diferenças e de interesses em comum. As associações podem desenvolver ações comunicativas tendo como base funções democráticas em deliberar acerca de diversos assuntos, por exemplo, a garantia dos direitos humanos. A partir dessas capacidades elas podem adquirir o poder comunicativo, por meio da rapidez ao acesso de informações, principalmente com o uso de recursos tecnológicos. Desse modo, as associações são capazes de influenciar a agenda pública da sociedade, conforme as palavras do autor: "Deliberation requires reciprocal recognition of individuals as speakers, meaning, that individuals respond to the arguments, information, representations, and demonstrations of the others questions" (WARREN,

2001, p. 81).

Warren (2001) complementa que há associações que para representar diferenças promovem atos públicos, protestos e desobediência civil, elas têm como consequências a repressão do Estado sob o seu poder comunicativo. Para finalizar, sobre o efeito da representação de interesses em comum, algumas associações têm como símbolos causas humanitárias<sup>1</sup>, elas buscam utilizar-se dessas causas para mobilizar o público a atender as suas reivindicações.

No *efeito institucional* a principal questão é como as instituições governamentais traduzem as capacidades individuais e julgamentos públicos que são promovidos por meio da participação em associações. As associações podem ser úteis para propósitos representativos, estabelecendo um papel decisivo para a representação do interesse dos seus membros, sendo um espaço onde eles podem desenvolver capacidades de comunicação e articulação com as instituições públicas. Nesse contexto, o poder comunicativo só traz representação às associações quando combinado com incentivos. Os membros dessas associações podem desenvolver habilidades de organizar ações coletivas, sendo capazes de resistir ao que não lhes convém, exigindo maior transparência dos processos públicos e buscando debater propostas com as instituições.

As associações tendem provir estruturas alternativas de governo, resultando em mais oportunidade de participação e responsividade, promovendo espaços mais eficientes e democráticos. O Estado cria um complexo sistema de incentivos e monitoramento para avaliar resultados que lhe distancia dos atores sociais, ao contrário das associações que podem estabelecer, como meios de regulamentação e monitoramento seus recursos sociais baseados na confiança e reciprocidade de seus membros. Conforme as palavras do autor: “subsidiarity suggests that units of collective action should be matched to the scale and nature of the problem” (WARREN, 2001, p. 87).

Os diferentes efeitos do desenvolvimento político no interior associativo e as capacidades das associações em resolver conflitos, em parte podem ser explicados pela capacidade das associações para coordenação e cooperação, pois elas podem agir como agentes democráticos em um contexto de vulnerabilidade, a partir da redução de interesses competitivos. Desse modo, as associações podem contribuir para a legitimidade democrática, segundo Warren (2001, p. 91) “Institutions are democratically legitimate if the policies they enact enjoy the support of public opinion”.

---

<sup>1</sup> Warren (2001, p. 82) expõe como questões humanitárias situações de vulnerabilidades de saúde (Leucemia, AIDS), sociais (proteção da criança). O autor cita como exemplo ONGs internacionais que desenvolvem esse tipo de trabalho: World Health Organization (WHO), CARE, entre outras.

Assim, os processos políticos podem ser legítimos quando há estabilidade de conflitos políticos e a igualdade entre os indivíduos.

### 3. ASPECTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO

O tema deste artigo foi motivado pelo artigo *Associativismo e representação política feminina no Brasil*, realizado pelos autores Almeida, Lüchmann e Ribeiro (2012). Esses autores construíram um perfil associativo das deputadas federais para as últimas três legislaturas. Os dados foram coletados no Portal da Câmara dos deputados, na aba biografia dos parlamentares, e eles dizem respeito às associações que as deputadas declararam em sua página ter participado antes de assumir o mandato parlamentar. Foram considerados todos os vínculos associativos e movimentos sociais citados pelas deputadas federais presentes nas últimas três legislaturas.

A Tabela 1 apresenta o índice de associativismo das deputadas investigadas. Os autores construíram o índice de associativismo (soma dos vínculos associativos das deputadas). Esse índice levou em consideração uma escala de 0 a 4. Essa escala indica que as deputadas apresentaram até quatro vínculos com diferentes tipos de associações. Conforme os dados apresentados na tabela 1:

Tabela 1 - Índice de associativismo entre Deputadas Federais, por legislatura:

IA	2003-2007		2007-2011		2011-2015		Agregado	
	N	%	N	%	N	%	N	%
0	16	30.8	18	34.6	22	41.5	56	35,7
1	19	36.5	18	34.6	18	34.0	55	35
2	10	19.2	11	21.2	9	17.0	30	19,1
3	5	9.6	5	9.6	3	5.7	13	8,3
4	2	3.8	-	-	1	1.9	3	1,9
Total	52	100	52	100	53	100	157	100

Fonte: Adaptado do artigo *Associativismo e Representação política feminina no Brasil*, (ALMEIDA, LÜCHMANN e RIBEIRO, 2012).

A tabela 1 indica o índice de associativismo das deputadas considerado nesse estudo. Nela se verifica que mais de 50% das deputadas apresentam ao menos 1 vínculo associativo, isso pode ser verificado para cada uma das legislaturas estudadas. Já a tabela 2 apresenta a distribuição da frequência das modalidades de associativismo entre as deputadas federais nas legislaturas consideradas. Os autores classificaram os vínculos associativos encontrados na biografia das deputadas em dez categorias, conforme os dados da tabela 2:

Tabela 2 - Modalidades de associativismo entre deputadas, por legislatura (%)

<b>Modalidades de associativismo</b>	<b>2003-2007</b>	<b>2007-2011</b>	<b>2011-2015</b>
Sindicatos	36,5	32,7	22,6
Profissional	25	9,6	5,7
Organização de mulheres	13,5	13,5	17
Estudantil	13,5	15,4	9,4
Direitos humanos	11,5	9,6	9,4
Comunitária	9,6	9,6	9,4
Assistencial	5,8	5,8	3,8
Defesa de grupos	0	3,8	5,7
Religiosa	1,9	3,8	9,4
Fiscalização de governo	1,9	0	0
<b>N</b>	<b>52</b>	<b>52</b>	<b>53</b>

Fonte: Adaptado do artigo Associativismo e Representação política feminina no Brasil, (ALMEIDA, LÜCHMANN e RIBEIRO, 2012).

A tabela 2 apresenta uma distribuição de frequência das modalidades de associativismo encontradas entre as deputadas nas legislaturas consideradas. Os autores demonstram que os vínculos associativos mais presentes entre as parlamentares pesquisadas estão relacionados ao mundo do trabalho como sindicatos e organizações profissionais. E, também, os testes estatísticos realizados indicaram um aumento da participação dessas deputadas em associações religiosas combinada com um engajamento em organizações de mulheres. A partir dessa abordagem, os pesquisadores mencionam que as parlamentares podem apresentar mais de um tipo de vínculos associativos, podendo haver associações entre alguns desses vínculos, como entre associações comunitárias e direitos humanos, organizações sindicais e estudantis e por fim, organizações religiosas e organizações de mulheres. Esses resultados foram obtidos estatisticamente por meio de uma análise fatorial das modalidades do associativismo.

Para identificar os efeitos do associativismo no desempenho parlamentar feminino investigamos a presença dos vínculos associativos das deputadas nas atividades desenvolvidas por elas. O estudo empírico considerou as deputadas federais para legislatura número 52, 53 e 54, utilizamos neste estudo o banco de dados construído pelos autores Almeida, Lüchmann e Ribeiro (2012). Assim, buscamos complementar esse banco de dados com novas variáveis, a fim de responder as hipóteses consideradas nesta pesquisa.

A coleta de dados foi realizada por meio do Portal da Câmara dos Deputados e as informações coletadas referem-se ao tema e número de projetos de lei propostos e aprovados pelas deputadas e cargos de liderança. Para a variável: cargo de liderança, analisamos a presença das deputadas como líder de bancada, líder de partido, presidente/ relatora de comissões, frente de trabalho e grupo de trabalho e mesa

diretiva. Consideramos para esta investigação todas as deputadas federais referentes às legislaturas investigadas.

Nesse artigo embasou-se teoricamente no estudo Warren (2001) para observar a relação entre as atividades parlamentares femininas e o índice de associativismo. Assim, o autor nos apresenta os efeitos do associativo em três dimensões: individual, esfera pública e institucional. Portanto, para este estudo buscamos nos aprofundar em dois desses efeitos: individuais e institucionais.

Para complementar esta investigação construímos o índice de eficácia. Esse índice resulta da proporção entre projetos aprovados e propostos pelas parlamentares. Por meio da relação entre o índice de associativismo e o índice de eficácia é possível identificar se participação em associações influencia na eficácia parlamentar dessas mulheres. Lembrando que as associações tendem a se aproximar das instituições, e assim promover a igualdade representativa, isto é, cidadão com menos recursos podem alcançar a igualdade política. Como também, contribuir para a governança alternativa, por meio de ações mais próximas do governo, promovendo maior eficácia as políticas.

Os dados coletados para este estudo foram testados estatisticamente por meio do teste de correlação de Pearson's R. Esse teste é uma medida de associação bivariada, o qual mede a força do relacionamento entre duas variáveis, aplicando-se para variáveis contínuas. Para obter os resultados quantitativos, consideramos o valor do teste estatístico e desconsideramos o teste de significância da hipótese nula. Há uma literatura que questiona o uso do teste de significância, segundo Jeff Gill (1999) existe evidências de que o teste de hipóteses de significado nulo pode apresentar falhas e ser mal compreendido. Para Gill esse teste apresenta alguns problemas quanto a inconsistências lógicas e outros de natureza interpretativa. O autor critica a lógica de que os dados só seguirão um padrão esperado se a hipótese nula for verdadeira.

Neste sentido, realizamos este estudo com um grupo censitário de deputadas federais presentes nas últimas três legislaturas. Para a realização dos testes estatísticos consideramos um número de 157 parlamentares. Isso contribuiu para aumentar a força dos testes e redução do teste de significância e assim possibilitar uma hipótese nula verdadeira para a análise dos resultados. É importante mencionar que ao longo de um mandato a/ o parlamentar tem o direito de se licenciar do cargo por motivos pessoais, tais como problemas de saúde ou para assumir um novo cargo.

#### **4. Os efeitos individual e institucional do associativismo no desempenho parlamentar feminino**

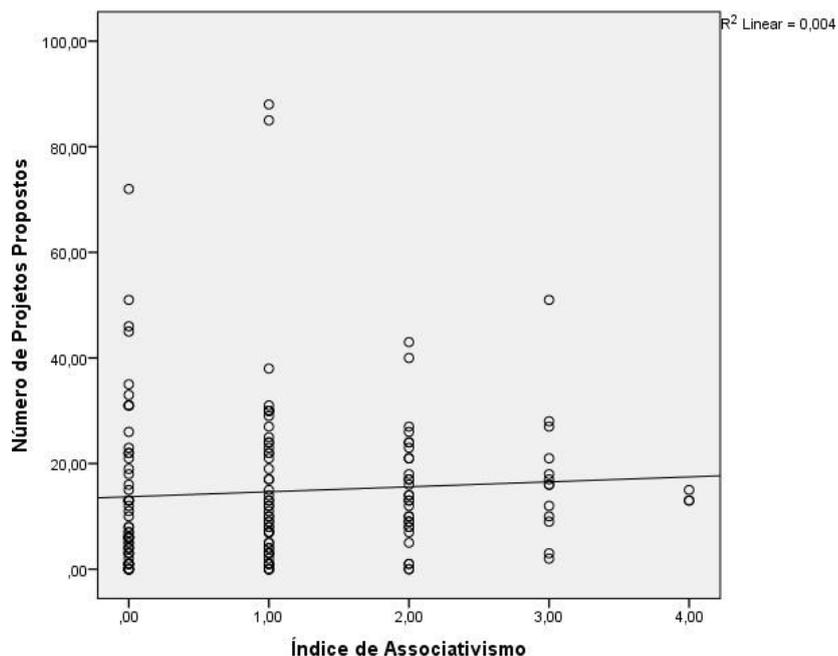
O tema das relações entre associativismo e democracia é importante para compreendermos a relação entre a participação em associações e os seus efeitos no

desenvolvimento individual e institucional das deputadas federais consideradas neste estudo. Os resultados indicam a intensidade da correlação entre as atividades parlamentar feminina (proposição de projetos, projetos aprovados e cargos de liderança) o índice de associativismo dessas mulheres para as três últimas legislaturas.

#### 4.1 DEPUTADAS MAIS PARTICIPATIVAS SÃO TAMBÉM AS MAIS ATIVAS NO CONGRESSO?

Essa seção apresenta os resultados de pesquisa realizados por meio de testes estatísticos que buscaram relacionar o índice de associativismo dessas mulheres com algumas atividades desempenhadas por elas durante as legislaturas pesquisadas. Quanto as variáveis analisadas nas tabelas a seguir é importante mencionar algumas colocações de Warren (2001), o qual motivou as hipóteses desta pesquisa. Segundo o autor as associações podem gerar efeitos democráticos no desenvolvimento dos indivíduos e efeitos institucionais nas instituições governamentais. Diante disso, buscamos observar de forma específica esses efeitos no desempenho parlamentar feminino. Os gráficos a seguir demonstram a relação entre o ativismo parlamentar e os vínculos associativos das deputadas. A intenção foi verificar se há correlação entre o número de projetos propostos e o índice de associativismo das deputadas de modo a sabermos se as parlamentares mais participativas são também as mais ativas no congresso.

Gráfico 1 - Correlação entre número de projetos propostos e índice de associativismo



Fonte: Pesquisa Os efeitos do associativismo no desempenho parlamentar feminino.

O gráfico 1 demonstra como as deputadas consideradas neste estudo se posicionam em relação a proposição de projetos e o índice de associativismo. Cada um dos pontos incluídos no gráfico representa uma deputada pesquisada e a sua localização depende dos valores que ela possui em cada variável. Observamos no gráfico que há casos de outliers, três deputadas propuseram acima de 70 projetos, enquanto as demais parlamentares apresentaram até 51 projetos. Quanto à visualização do gráfico, a linha reta indica que há linearidade e a sua leve inclinação em trajetória ascendente informa sobre seu caráter positivo e uma fraca correlação entre as variáveis analisadas. O teste estatístico indica haver uma correlação nula entre vínculo associativo e proposição de projetos. Logo, podemos concluir que as deputadas mais participativas em associações não são, nesse caso, as mais ativas no parlamento.

#### 4.2 AS DEPUTADAS MAIS PARTICIPATIVAS SÃO TAMBÉM AS MAIS EFICAZES NO DESEMPENHO DE SUAS ATIVIDADES PARLAMENTARES?

As habilidades democráticas podem ser desenvolvidas por meio da participação em associações. Segundo Warren (2001), os membros das associações podem desenvolver habilidades de comunicação, políticas, resolução de conflitos, entre outras que contribuem a prática política e a aproximação com a esfera pública. A tabela abaixo apresenta os resultados quanto à participação e eficácia das deputadas investigadas no desempenho de suas atividades parlamentar, com o propósito de identificar se as deputadas mais participativas são também as mais eficazes no desempenho de suas atividades parlamentares.

Tabela 3 - Correlação entre número de projetos aprovados e índice de associativismo das deputadas

Número de Projetos Aprovados	Índice de Associativismo					Total	
	,00	1,00	2,00	3,00	4,00		
,00	37	36	17	6	2	98	
1,00	15	12	9	5	1	42	
2,00	3	7	3	1	0	14	
3,00	1	0	1	1	0	3	
n = 157		Pearson`s R = ,105					

Fonte: Pesquisa Os efeitos do associativismo no desempenho parlamentar feminino

Os dados presentes na tabela 3 demonstram que 98 deputadas não aprovou nenhum projeto, 42 parlamentares aprovou 1 projeto, 14 parlamentares aprovaram 2 projetos e 3 parlamentares aprovou 3 projetos. Desse modo, 62,4% das deputadas analisadas não aprovaram nenhum projeto, enquanto 37,6% aprovaram de 1 a 3 projetos. As parlamentares em geral aprovam em média 0,50 projetos. Nesse sentido realizamos um teste Pearson`s R, o qual apresentou uma fraca correlação entre o

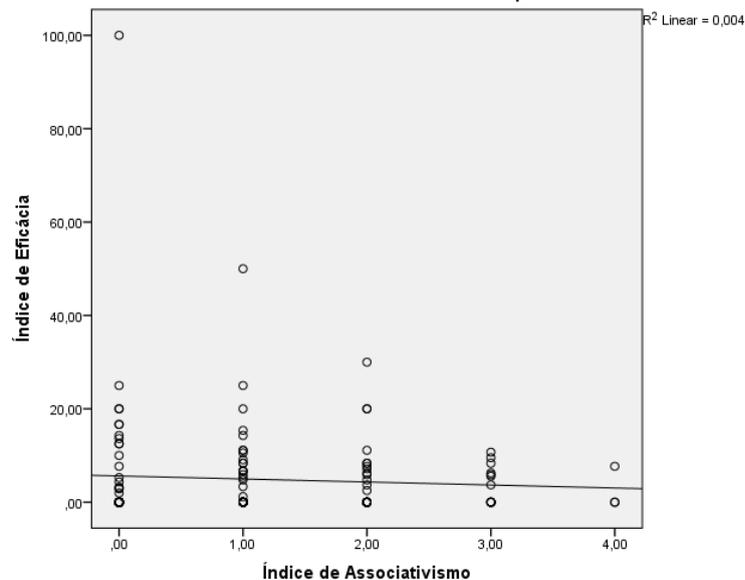
número de projetos aprovados e o índice de associativismo das deputadas. Assim, nossa hipótese não se confirmou: as deputadas mais participativas não são necessariamente as mais eficazes, considerando-se como tais as que conseguem aprovar projetos. Diante desses dados, é importante mencionar que a construção de um projeto de lei e a sua respectiva aprovação depende de vários fatores relacionados à dinâmica do parlamento, como influência do Executivo ou as dificuldades de composição da agenda parlamentar. Conforme as palavras de Cruz:

A elaboração de uma lei passa por vários caminhos. Quando apresentadas na forma de projetos de lei, as proposições podem ter seu exame iniciado pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, conforme o caso. No entanto, os projetos de lei devem ser sempre apreciados pelas duas Casas do Congresso e, posteriormente, remetidos ao Presidente da República para sanção ou veto, conforme estabelece a Constituição Federal (CRUZ, 2009, p. 17).

Acrescenta-se que os projetos de leis podem ser complementares ou ordinários, os dois se destinam a alterar leis federais ou criar outras completamente novas. A principal diferença entre eles é que no caso do Projeto de lei complementar a sua aprovação depende da votação da maioria absoluta (Cruz, 2009). Essas informações podem implicar na quantidade de projetos aprovados pelas deputadas e interferir na relação entre número de projetos propostos e aprovados (eficácia parlamentar feminina), por isso a importância em mencioná-las neste estudo.

O gráfico 2 demonstra a correlação entre o índice de eficácia e o índice de associativismo das deputadas analisadas. Conforme os dados a seguir:

Gráfico 2 - Correlação entre índice de associativismo e índice de eficácia das deputadas



Fonte: Pesquisa Os efeitos do associativismo no desempenho parlamentar feminino.

O gráfico 2 apresenta o índice de eficácia foi construído por meio da proporção entre projetos aprovados e projetos propostos ( $PA/PP*100\%$ ). Esse índice mede o quanto as deputadas são eficazes em relação ao percentual do número de projetos aprovados e propostos por essas mulheres. A linha reta indica que existe linearidade e a sua leve inclinação em trajetória descendente informa sobre seu caráter negativo entre as variáveis observadas. Podemos verificar nesse caso que o aumento da variável índice de associativismo diminui a variável índice de eficácia. O teste de correlação de Pearson's R resultou um valor de  $-,062$ , o que demonstra uma correlação negativa entre as variáveis consideradas. O que nos indica que as deputadas apresentam um baixo índice de eficácia política. Isso ocorre principalmente em relação ao reduzido número de projetos aprovados pelas parlamentares.

A próxima atividade é a presença das deputadas em cargos políticos. Buscamos identificar a relação entre índice de associativismo das deputadas e a presença em cargos de liderança na câmara parlamentar. A tabela 4 demonstra a relação entre os cargos de liderança que as deputadas participaram nas últimas três legislaturas analisadas e o índice de associativismo dessas parlamentares:

Tabela 4 - Correlação entre número de cargos de liderança e índice de associativismo

Número de Cargos de Liderança	Índice de Associativismo					Total
	,00	1,00	2,00	3,00	4,00	
,00	41	30	12	6	2	91
1,00	11	17	11	4	1	44
2,00	2	6	5	2	0	15
3,00	2	1	1	1	0	5
4,00	0	0	1	0	0	1
6,00	0	1	0	0	0	1
n = 157      Pearson's R= 0,174						

Fonte: Pesquisa Os efeitos do associativismo no desempenho parlamentar feminino.

A tabela 4 indica uma correlação fraca entre cargos de lideranças e índice de associativismo, o teste de Pearson's R indica um valor de  $,174$ . Os dados demonstram que 42% das deputadas ocuparam de 1 a 6 cargos de liderança. Esse resultado é importante, pois demonstra haver uma correlação positiva entre as variáveis observadas. Desse modo, podemos sugerir que para o caso de cargos de liderança nossa hipótese se confirma: as deputadas mais participativas em associações são também as mais eficazes no sentido de ocupação de cargos de liderança no Congresso.

### 4.3 HÁ AFINIDADE TEMÁTICA ENTRE O VÍNCULO ASSOCIATIVO DAS DEPUTADAS E OS PROJETOS QUE ELAS PARTICIPAM NO CONGRESSO?

A próxima tabela demonstra a afinidade entre as áreas temáticas dos projetos que as parlamentares atuaram durante os seus mandatos para as legislaturas analisadas e os vínculos associativos delas. Com isso, buscamos identificar o efeito da participação em associações na instituição, ou seja, o quanto a participação em associações influencia as temáticas em debate no campo institucional.

No Portal da câmara dos deputados pesquisamos os temas dos projetos propostos que as deputadas participaram durante as três últimas legislaturas e buscamos relacionar a afinidade temática dessa atividade com o vínculo associativo das parlamentares consideradas neste estudo. Por meio de tabelas de frequência e o teste estatístico TAU (Tb)<sup>2</sup> observamos o percentual de projetos que apresentaram afinidade com os vínculos associativos das deputadas e a intensidade dessa associação. Nesse sentido, identificamos, por exemplo, se as deputadas com participação em associações sindicais propuseram projetos com afinidade temática a esse vínculo associativo. Essa mesma análise foi realizada para os demais vínculos associativos que estão presentes na tabela 5.

A tabela 5 indica o percentual de afinidade entre temática dos projetos propostos pelas deputadas e os vínculos associativos das deputadas consideradas neste estudo.

Tabela 5 - Percentual de afinidade temática das deputadas com os seus vínculos associativos e projetos propostos

Grupo Associativo	Afinidade Temática	N	N Válido	TAU (Tb)
Defesa de Grupo	100,00%	99	5	,364
Fiscalização do governo	100,00%	98	1	,154
Associação Profissional	85,00%	99	20	,840
Estudantil	85,00%	99	20	,618
Direitos humanos	68,80%	99	16	,485
Sindicatos	58,30%	98	48	,331
Organização de mulheres	56,50%	99	23	,310
Organização assistencial	50,00%	99	8	,272
Comunitário	43,80%	99	8	,451
Religioso	14,30%	99	7	,185

Fonte: Pesquisa Os efeitos do associativismo no desempenho parlamentar feminino.

<sup>2</sup> O Tau b é um teste de associação simétrico, realizado pelo cruzamento de variáveis com iguais quantidades de categorias de respostas, cuja variação é entre -1 e 1 (BOHRNSTEDT; KNOKE, 1988).

A tabela 5 indica que todas as deputadas com vínculos associativos para defesa de grupos e fiscalização do governo propuseram projetos na área temática a fim, por isso, o percentual de 100% de afinidade temática com o vínculo associativo. Para os vínculos associativos associação profissional e estudantil, das 20 deputadas presentes nesse grupo associativo, 85,00% delas apresentaram afinidades temáticas entre projetos propostos e os vínculos respectivamente.

Em relação ao grupo de deputadas com vínculos referentes a direitos humanos, 68,80% dessas mulheres apresentaram afinidade entre projetos propostos e o vínculo. Já o grupo de deputadas com vínculo sindical, 58,30% de parlamentares desse grupo propuseram projetos na mesma área temática do vínculo associativo, enquanto o grupo organização assistencial, 50,00% de deputadas apresentaram projetos com temática assistencial. Para o grupo associativo com vínculos comunitário, 43,80% das parlamentares desse grupo apresentou afinidade temática entre os projetos propostos e o vínculo assistencial. Por último, o grupo associativo com vínculos religiosos, 14,30% das deputadas analisadas apresentaram projetos na área temática religiosa.

No caso das deputadas com vínculo associativo sindical, das 48 mulheres presentes nesse grupo associativo, aproximadamente 28 delas apresentaram afinidade temática entre projetos propostos e o vínculo associativo sindical. Apenas os grupos associativos, comunitário e religioso, apresentaram um percentual abaixo de 50% de projetos propostos com afinidade à área temática do grupo. É importante observar, que as deputadas não apresentaram afinidades temáticas entre proposição de projetos e o vínculo associativo referente ao meio ambiente.

Realizamos o teste de associação TAU (Tb) para cada área temática, o qual apresentou uma forte associação referente à afinidade entre o tema do projeto proposto e o vínculo associativo com das seguintes áreas: associação profissional (,840) e estudantil (,618). Para as áreas temáticas: direitos humanos (,485), comunitário (,451) defesa de grupos (,364), sindicatos (,331), organização de mulheres (,310) e organização assistencial (,272) o teste apresentou uma associação moderada e para a área temática fiscalização do governo (,154) e religioso (,185) o teste resultou em uma fraca associação entre o tema desses projetos e o vínculo associativo.

A dissertação de Pinheiro (2006) aponta que as deputadas tendem a atuar nas áreas relacionadas à educação, saúde, direitos humanos e defesa de grupos. Neste estudo identificamos que as parlamentares investigadas continuam a atuar nessas áreas, apresentando uma moderada associação entre projetos apresentados e os vínculos associativos para as áreas comunitária, defesa de grupos, direitos humanos e organização de mulheres. No caso da área temática organização de mulheres, esse tema reflete uma pluralidade de assuntos, durante esta investigação verificou-se que os

projetos propostos com essa temática se relacionavam com assuntos remetidos à saúde, à defesa de grupos, violência, direitos trabalhistas, entre outros. Por isso, as deputadas que participam dessas associações tendem a estabelecer relações com outros vínculos associativos.

Observamos uma forte associação da afinidade entre os temas dos projetos propostos e os vínculos associativos de associação profissional e movimento estudantil. Assim, evidencia-se que a participação das deputadas em associações sindicais, profissionais e movimento estudantil, contribuem para o aumento da presença feminina em atividades parlamentares relacionadas ao mundo do trabalho, como é o caso da atividade proposição de projetos.

O teste estatístico indicou uma associação moderada referente à afinidade entre projetos propostos na área de organizações de assistência social e o vínculo das deputadas. No entanto, o grupo de deputadas com vínculo assistencial é composto por apenas 8 parlamentares, o que indica uma reduzida presença de mulheres nesse grupo associativo. Nesse contexto, o artigo de Almeida e Tonella (2007) aponta que as organizações assistenciais têm forte proximidade com os deputados, os quais têm realizado proposições de projetos e demais atividades em prol das políticas públicas que possam atender as necessidades dessas organizações. Essa relação indica que há parlamentares atendendo as demandas dessas associações, no entanto nem todos apresentam vínculos associativos com as mesmas, isso pode explicar a reduzida presença de deputadas no grupo associativo assistencial. Por fim, o teste de associação indicou uma fraca associação da afinidade entre os projetos apresentados nas áreas de fiscalização do governo e religioso e os vínculos associativos dessa área.

## **CONCLUSÕES**

Os resultados deste artigo buscaram testar a hipótese de que os vínculos associativos importam para o desempenho parlamentar das deputadas, os quais podem ser identificados nas atividades parlamentares que foram consideradas nesta pesquisa, como se segue: proposição e aprovação de projetos presença em cargos de liderança. Assim, a principal pergunta que permeia esta pesquisa é qual o impacto desses vínculos associativos no desempenho parlamentar feminino.

Primeiramente procuramos saber se as deputadas com mais vínculos associativos são as mais ativas, ou seja, mais participativas nas atividades parlamentares. Os resultados observados nas atividades proposição de projetos indicam que há uma correlação quase nula entre as atividades parlamentares investigadas e o índice de associativismo das deputadas analisadas. Nesse caso,

podemos rejeitar a hipótese de que os vínculos associativos importam para o desempenho das atividades parlamentar feminina, visto que as deputadas mais participativas em associações, não são necessariamente as mais ativas no congresso.

É importante destacar que a variável proposição de projetos de leis interferências externas, por exemplo, ao propor um projeto a deputada deve seguir as exigências da câmara parlamentar, como também influências partidárias, os quais podem distanciá-la dos seus vínculos associativos. Assim, a correlação nula entre essas variáveis pode ser um indício de que as associações proporcionam habilidades políticas ao indivíduo, no entanto, a vida parlamentar é influenciada por outros fatores que tendem a reduzir a influência associativa no desempenho parlamentar, conforme o caso das deputadas consideradas neste estudo.

Em segundo lugar, analisamos qual a importância do efeito associativo no desenvolvimento individual das deputadas. Segundo Warren (2001), os membros desses grupos tendem a desenvolver habilidades e assim obter maior eficácia política nos processos de negociação e resolução de conflitos, além do conhecimento de leis e questões trabalhistas. Logo, nossa hipótese é de que o desenvolvimento dessas habilidades contribui para o desempenho parlamentar feminino, tornando as deputadas mais eficazes.

Nesse sentido, observamos a relação entre o índice de associativismo e o número de aprovação de projetos, índice de eficácia parlamentar feminina e a presença das deputadas em cargos de liderança. Em relação à aprovação de projetos e índice de eficácia parlamentar, essas atividades apresentaram uma fraca correlação com o índice de associativismo. No caso no índice de eficácia apresentou uma correlação negativa. É importante lembrar que as deputadas propuseram em média 14 projetos, enquanto aprovam em média 0,50 projetos, ou seja, uma proporção de 3,6% de projetos aprovados em relação à média de projetos propostos. Isso implica no baixo índice de eficácia das deputadas analisadas.

Em relação à presença parlamentar feminina em cargos de liderança apresentou correlação fraca com índice de associativismo. O que nos permite concluir que a participação em associações contribui para o desempenho de habilidades individuais e para a presença das deputadas em cargos de liderança no parlamento. Lembrando que as mulheres fazem parte de um grupo minoritária na câmara parlamentar.

Em terceiro analisamos a presença dos efeitos associativos no meio institucional, por meio da associação referente à afinidade temática entre projetos propostos e os vínculo associativo das deputadas. No caso da proposição de projetos mais de 50% das deputadas apresentaram afinidade temática entre proposições de projetos e os seus vínculos associativos. Isso implica que há uma presença

considerável dos vínculos associativos das deputadas no desempenho das suas atividades parlamentares. Logo, a participação em associações pode ser um mecanismo que contribui para os propósitos representativos, definindo um papel decisivo para a representação de interesses dos seus membros.

As áreas com maior participação associativa das deputadas concentram-se em associações profissionais e sindicatos. Segundo Warren (2001) essas associações podem ser organizadas por meio de normas coercitivas baseadas nas leis e poder político. Por isso, os membros desses grupos tendem a desenvolver habilidades para negociação, resolução de conflitos, além do conhecimento de leis e questões trabalhistas. Logo, o desenvolvimento dessas habilidades contribui para o desempenho parlamentar feminino em atividades que tratam desses temas, os quais são assuntos de relevância na agenda parlamentar. Seguindo nessa linha, podemos indicar a partir dos dados e das variáveis que utilizamos, os tipos de associações (assistenciais, ambientalista, comunitários, organização de mulheres, movimentos de defesa de grupos específicos e religiosos) ocupam posições mais marginais no conjunto de links existentes entre Estado e sociedade civil, promovidos pela prática representativa.

Podemos sugerir, com os nossos dados, que os vínculos associativos das deputadas analisadas, desempenham papéis importantes no conjunto dos “links” que o processo representativo promove entre Estado e sociedade civil. Ou seja, esses tipos de associativismo são importantes “pontos” de contato entre o Estado e a sociedade civil, ativando suas conexões no interior da prática representativa.

Esses resultados destacam a importância em investigar as práticas representativas de grupos sub-representados na política, como é o caso feminino. Porém, verificamos que há outros fatores que interferem na conexão entre a participação e a prática representativa, os quais podem estar relacionados com a dinâmica da câmara, que resulta de um sistema legislativo altamente centralizado, por isso, as habilidades adquiridas por meio da participação em associações não são suficientes para superar a reduzida presença de deputadas em cargos de liderança e aprovação de projetos.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Carla C. R.; LÜCHMANN, Lúgia H. H.; RIBEIRO, Ednaldo. **Associativismo e Representação Política no Brasil**. Revista Brasileira de Ciência Política. [online], v. 8, p. 237-263, 2012.
- ALMEIDA, Carla C. R.; TONELLA, Celene. **Participação Social e Indicadores de Associativismo: um estudo sobre entidades credenciadas pelos Conselhos Municipais de Assistência Social**. 2012. Trabalho apresentado ao II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, Florianópolis.
- BOHRNSTEDT, G. W.; KNOKE, D. **Statistics for social data analysis**. 2. ed. Itasca: Peacock, 1988.
- COTTA, Maurizio. Parlamento. In: BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. Brasília: ed. Unb, v. 1, p. 880, 1998.
- CRUZ, M. R. **Legislativo transformador? As modificações do legislativo nos projetos de leis do executivo**. Brasília: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio Janeiro e Centro de Formação da Câmara dos Deputados, 2009. 121 p. Dissertação (Mestrado). Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. [online], Brasília, 2009.
- FIGUEIREDO, Elza C. dos S. **Sistema de Comissões e o Poder Conclusivo na Câmara dos Deputados**. Brasília, Centro de Formação da Câmara dos Deputados, 2011. 42 p. Especialização em Processo Legislativo. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. [online], Brasília, 2011.
- GILL, Jeff. Insignificance of Null Hypothesis Significance Testing. Political Research Quarterly. [online], v. 52, p. 647-674, 1999.
- LÜCHMANN, L. H. H. **A Representação no Interior das Experiências de Participação**. 2007. Lua Nova. [online], v. 70, p. 139-170, 2007.
- LÜCHMANN, L. H. H. **Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos**. 2014. Revista Brasileira de Ciências Sociais. [online], v. 29, p. 159-226, 2014.
- PATEMAN, C. **Participação e Teoria Democrática**. Tradução Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- PINHEIRO, L. S. **Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte**. Brasília: UNB, 2006. 248 p. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

PITKIN, H. **The concept of representation**. University of California Press, London, England, 1972.

RODRIGUES, Almira. **Participação política das mulheres e gestão em política de gênero**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.cfemea.org.br>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2015.

SANI, Giacomo. Participação Política. In: BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. Brasília: ed. Unb, v. 1, p. 888.

URBINATI, N. **O que torna a representação democrática**. Lua Nova. [online], v. 67, p. 191-228, 2006.

URBINATI, N. **Representative Democracy: principles & genealogia**. Chigaco Press, 2006.

WARREN, M. 2001. **Democracy and association**. Princeton: Princeton University.

YOUNG, I. M. **Representação política, identidade e minorias**. Lua Nova. [online], v. 67, p. 139-190, 2006.